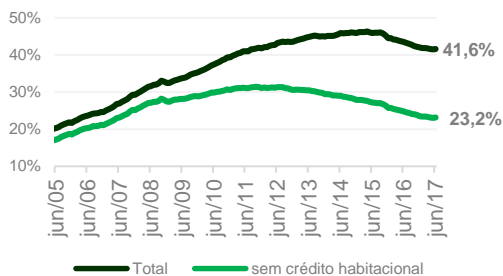


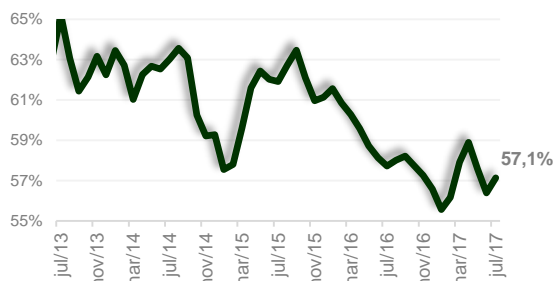
Endividamento das Famílias

Endividamento das Famílias



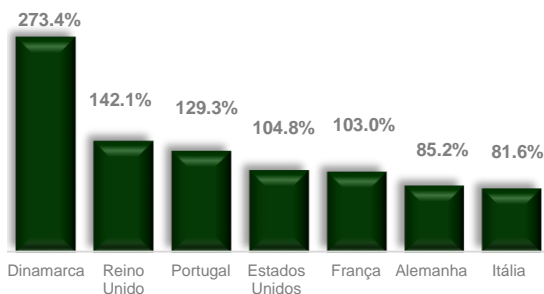
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração ABBC

Percentual de Famílias endividadas



Fonte: PEIC CNC. Elaboração: ABBC

Endividamento – Comparação Países (4T16)



Fonte: OCDE. Elaboração ABBC

Nível de Endividamento

Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)

Categoria	jul/17	jun/17	jul/16
Muito endividadado	14,0%	13,8%	14,7%
Mais ou menos endividadado	21,2%	21,4%	20,2%
Pouco endividadado	21,9%	21,1%	22,8%
Não tem dívidas desse tipo	42,8%	43,6%	42,2%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,1%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%

É inegável que elevados níveis de endividamento, em um contexto de alto nível de desemprego e um cenário repleto de incertezas, têm impacto relevante na propensão a consumir e investir. Embora haja a emissão de sinais do PIB de que o processo recessivo esteja finalizado, nada mais que oportuno descrever as tendências de curto prazo das variáveis que compõem a situação financeira das famílias.

Desde o início do seu cálculo, o endividamento das famílias com o SFN em relação à renda acumulada em 12 meses* apresentou uma forte elevação, atingindo o seu pico em abr/15 (46,4%). Desde então, iniciou-se uma lenta desalavancagem, de modo que em jun/17 o indicador alcançou 41,6%, com um aumento de 0,1 p.p. no mês.

Já a série que desconsidera as operações de crédito imobiliário iniciou a sua reversão de tendência a partir das medidas macroprudenciais em dez/10 que objetivavam assegurar a estabilidade financeira, com a retirada gradual dos incentivos utilizados para mitigar os efeitos da crise financeira internacional. Em junho de 2017, este indicador teve alta mensal de 0,1 p.p. para 23,2%.

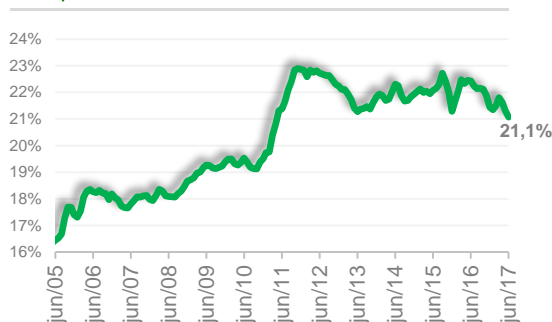
A pesquisa da CNC sobre o endividamento e a inadimplência do consumidor (PEIC) indicou em abril uma inflexão em sua trajetória de alta em 2017. Em julho, os números mostram que o percentual de famílias endividadas avançou 0,7 p.p. no mês para 57,1%, com queda de 1,8 p.p. na comparação com abr/17. Na abertura por nível de endividamento, destacaram-se o acréscimo de 0,2 p.p. para 14,0% das famílias que se consideram muito endividadas e a queda de 0,8 p.p. para 42,8% daqueles que declaram não ter dívidas.

Apesar do endividamento das famílias brasileiras ainda se encontrar elevado em termos históricos, o nível é baixo em relação ao verificado internacionalmente. A grande preocupação refere-se ao alto comprometimento da renda das famílias com encargos da dívida, principalmente quando comparado com os indicadores em economias mais avançadas, como, por exemplo, a dos EUA (15,5% no 1T17).

* Renda - Entendida como a massa salarial ampliada - na qual são incorporados os rendimentos do trabalho, benefícios previdenciários e dos programas de proteção social do governo.

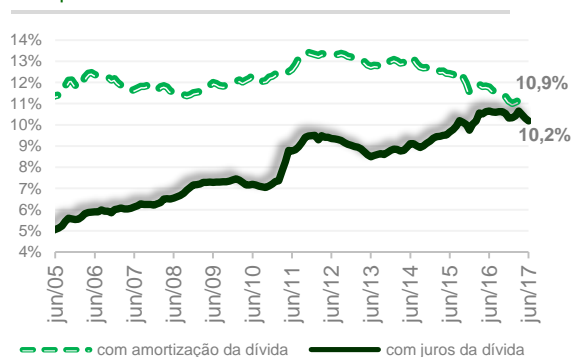
Endividamento das Famílias

Comprometimento da Renda



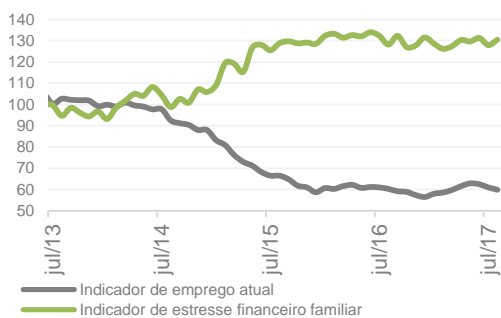
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração ABBC

Comprometimento da Renda - Abertura



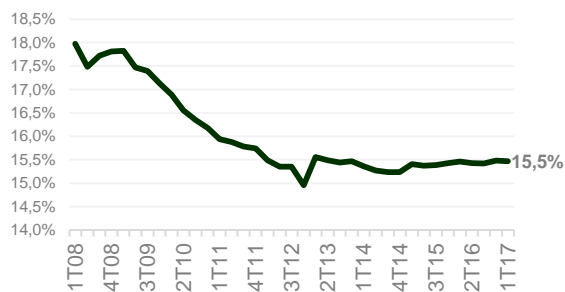
— com amortização da dívida — com juros da dívida

Indicadores de Estresse Familiar e de Emprego*



Fonte: MCM e FGV/IBRE

Comprometimento da Renda - EUA



Fonte: FED. Elaboração ABBC

Em junho, o comprometimento de renda das famílias com o endividamento, calculado pelo Banco Central, fechou em 21,1%. No mês, verificou-se uma queda de 0,2 p.p. na margem, enquanto que no semestre e em 12 meses os recuos foram de 0,4 p.p. de 1,4 p.p., respectivamente. Apesar dos indícios de uma queda mais consistente, nos últimos cinco anos, o indicador oscila próximo da faixa de 22%, considerado ainda um patamar elevado.

Desde o início do afrouxamento monetário em outubro de 2016, a taxa de juros no crédito para pessoas físicas acumula uma queda de 6,6 p.p., contribuindo para que a participação dos juros no comprometimento da renda fosse reduzida para 10,2%. Considerando-se essas informações do Banco Central para o endividamento e comprometimento de renda a questão que se levanta é para onde vai o consumo das famílias? Permitirão uma expansão mais vigorosa?

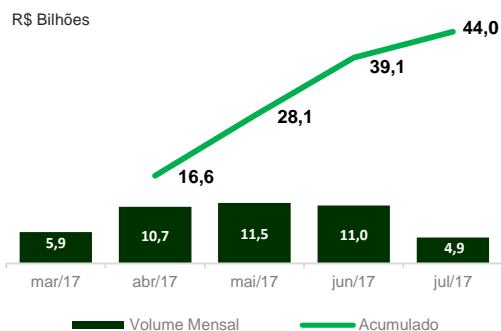
Acrescentando-se à análise os dados da Sondagem do Consumidor da FGV, confirma-se o processo de desalavancagem, embora não existam evidências que esteja finalizado. Adicionalmente ao elevado comprometimento da renda com suas dívidas, as famílias se deparam com um forte estresse financeiro caracterizado pela sua restrição orçamentária.

Esse último comportamento pode ser medido por um indicador que mostra a proporção de famílias que estão se endividando ou retirando recursos de poupança para cobrir os seus gastos correntes. Pode-se verificar que o índice encontra-se relativamente estável desde 2015, quando o quadro econômico já era bem adverso, reduzindo as chances de uma mudança mais significativa no curto prazo dos padrões de consumo. Esse cenário é agravado pelo indicador de emprego atual que mostra uma tendência cadente, resultante dos efeitos do prolongado período recessivo traduzido no forte crescimento da taxa de desemprego.

* Proporção de famílias que estão se endividando menos proporção de famílias que estão poupando +100, com ajuste para período de referência de jul/10 a jun/15 ter média 100 e desvio padrão 10

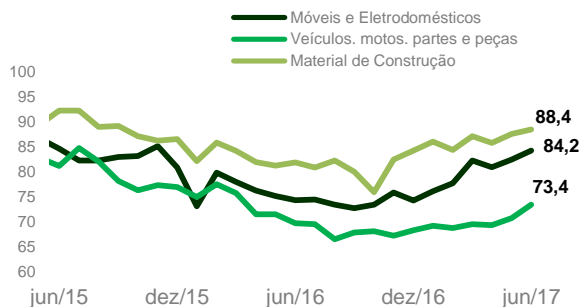
Endividamento das Famílias

Saque de Contas Inativas do FGTS



Fonte: Caixa Econômica Federal. Elaboração: ABBC

Índice de volume de vendas no varejo – Setor Crédito



Fonte: IBGE. Elaboração: ABBC

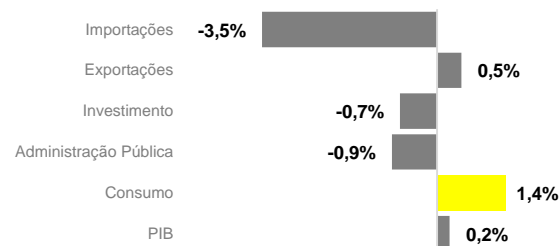
Utilização dos Recursos Sacados

Levantamento SPC Brasil/CNDL	
Trabalhadores que já realizaram saques, usaram o dinheiro extra para:	Mar/17 a Jul/17
Quitar dívidas em atraso	38,0%
Pagar despesas do dia a dia	39,0%
Pagar parte das pendências	6,0%
Poupar	12,0%
Antecipação de contas não atrasadas	7,0%

Fonte: Levantamento SPC - Serviço de Proteção ao Crédito e CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. Elaboração: ABBC

PIB - Abertura Ótica da Demanda (2T17)

Var. trimestre - série dessazonalizada



O fator positivo advém do consumo das famílias evidenciado no PIB do 2T17 que, após nove trimestres consecutivos em queda, cresceu 1,4% em termos dessazonalizados. Com os entraves delineados, há fortes indícios de que essa recuperação tenha sido impulsionada por um evento não recorrente: os saques nas contas inativas do FGTS. De alguma forma, a retomada das concessões de empréstimos para PF devem ter contribuído. Essa última hipótese ganha força com a evolução dos indicadores do volume de vendas no varejo de bens mais sensíveis ao mercado de crédito que mostram tendência ascendente em um contexto caracterizado pela desaceleração inflacionária e melhores condições para o crédito.

Papel mais relevante é conferido ao acesso dos cotistas aos depósitos nas contas inativas do FGTS, autorizados pela Medida Provisória 763/2016 e convertida na Lei 13.446/2017. Iniciados em março e finalizados em julho, os saques na Caixa Econômica Federal atingiram um total de R\$ 44,0 bilhões (correspondendo a 88% do total disponibilizado).

Objetivando delinear o provável direcionamento desses recursos, um levantamento realizado antes da liberação do último lote em julho pelo SPC e CNDL apontou que, dentre os trabalhadores que realizaram saques 38% usaram a importância para quitar dívidas em atraso, 39% para pagar despesas correntes, 6% para pagar parte de outras pendências e 12,0% para elevar a sua poupança. Os números corroboram os oferecidos pela pesquisa da CNC.

Finalizando, em princípio a queda da taxa básica de juros e da inflação são pontos favoráveis para o reequilíbrio dos orçamentos das famílias. Contudo, o componente mais importante para o consumo está relacionado à redução da incerteza motivada por uma recuperação menos tímida nos indicadores no mercado de trabalho com implicações positivas na taxa média de inadimplência e, conseqüentemente, no *spread* bancário. Na ausência de outros vetores para promoção do crescimento, como o setor externo e os investimentos, é necessário que se observe cuidadosamente a lenta evolução do consumo e do crédito para as famílias.



Assessoria Econômica

Av. Paulista, 949 – 6º andar – Bela Vista
CEP: 01311-100 – São Paulo – SP

Telefone: (5511) 3288-1688 | Fax: (5511) 3288-3390

[**assessoriaeconomica@abbc.org.br**](mailto:assessoriaeconomica@abbc.org.br)